

Caminho do Rei: memória e patrimônio em Canasvieiras do século XX

The King's Path: memory and heritage in twentieth century Canasvieiras

Suzana Bitencourt
UFSC
suzanah@floripa.com.br

Resumo: As praias de Floripa estão cheias de gente e vazias de historiadores. Tal constatação surgiu da pesquisa de mestrado/UFSC (Castelos de areia: o turismo de litoral em Florianópolis 1930-1980). As motivações do poder público local foram tomadas como marco fundador dos incentivos para transformar a região norte da Ilha em território de excelência para a captação de turistas de litoral, transformando a região, outrora pobre em um balneário de porte internacional. Este artigo pretende lançar uma reflexão identificando marcos do passado, referenciados a partir das reminiscências dos antigos moradores da região, relacionando-os às políticas de preservação do patrimônio histórico em Floripa.

Palavras-chave: Florianópolis; Patrimônio Histórico; Turismo

Abstract: Florianópolis' (Santa Catarina State, Brazil) beaches are full of people but empty of historians. Such an observation was brought up by a Master's degree research at Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (“Sand castles: coastal tourism in Florianópolis 1930-1980”). Local authorities' motivations were taken as an initial landmark, promoting the changes that made Northern insular Florianópolis a region of excellence in attracting coastal tourists and transformed an impoverished district into an international bathing resort. This paper intends to propose a reflection, identifying landmarks anchored on older local residents' recollections and relating those landmarks of the past to the policies of historical heritage preservation in Florianópolis.

Keywords: Florianópolis; Historical Heritage; Tourism

Discussão teórica

Destaca-se primeiramente que o turismo enquanto categoria de análise pode se tornar um dos grandes motivadores da cultura e da preservação da identidade local, assim a formação dos espaços urbanos requer uma reflexão em que patrimônio, cultura e meio ambiente formem um tripé integrado.

Este artigo procura refletir sobre a preservação do patrimônio cultural, investigando a memória a partir da história de fonte oral dos moradores de Canasvieiras.

Para discussão da preservação do patrimônio cultural e sua interação com o turismo,

necessita-se de uma leitura sobre o contexto histórico da localidade foco de estudo, objetivando analisar a formação da construção cultural coletiva rememorando as lembranças dos antigos moradores.

Investiu-se na pesquisa em nível de mestrado partindo de três fontes principais, quais sejam: os documentos referentes ao projeto arquitetônico de urbanização idealizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e desenhado para lotear as terras de Canasvieiras. Fontes bibliográficas, através do levantamento das teses e dissertações sobre turismo de litoral na Ilha. Fontes orais, buscando principalmente confrontar as motivações do poder público, expostos nos documentos, com a opinião dos moradores do lugar.

As fontes de origem oral revelaram a existência de duas regiões dentro da referida localidade. As fronteiras imaginárias surgiram justamente das reminiscências dos antigos moradores. Sendo assim, a região nas proximidades da orla marítima, representada pelos prédios e ruas novas com trajetos diferentes do que até ali se tinha, as tecnologias de construção, os materiais como cimento e tijolo, emprestaram outras dimensões ao cotidiano. E a região afastada da orla representada pelas construções antigas, umas de pedra e cal, outras feitas à mão, presente apenas nas memórias dos velhos do lugar.

No tempo destinado à pesquisa, não foi possível investir sobre todos os ícones que povoavam o imaginário dos moradores antigos. Mas foi possível dar um tratamento a economia local e as relações de sociabilidades. Assim, apurou-se que a fundação da antiga Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras foi uma das peças que compôs o quadro de intenções da Coroa Lusitana em marcar seu domínio territorial no sul do Brasil.

Surgiu então, a Rua Velha; os inúmeros Engenhos de Farinha; a Igreja construída em 1835, a Casa do Império, o Engenho de Cana de Açúcar; o Sobrado do Cantalício; o Teatro; o Caminho do Rei; o Porto do Rio, entre outras. Tais referências estão presentes apenas nos relatos dos moradores. Todavia, com o projeto arquitetônico planejado pelo poder público e a transformações de ordem urbana dele decorrente, as edificações antigas foram sumindo, sendo destruídas com o tempo. Pouco restou. No dizer dos moradores de Canasvieiras a partir da década de 1980, muitas casas e prédios foram demolidos, ruas foram remodeladas recebendo nomes distintos daqueles conhecidos, dando lugar ao novo.

A Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, fundada em 1835, foi uma das peças que compôs o cenário de intenções da coroa lusitana em marcar seu domínio territorial no sul do Brasil. Com a vinda de imigrantes do distante arquipélago dos Açores, foram

fundadas várias Freguesias. São elas: Lagoa da Conceição, Nossa Senhora das Necessidades (Santo Antônio de Lisboa), em 1750; Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, em 1831. À medida que a população foi aumentando, outras levas de imigrantes portugueses foram chegando, novas Freguesias foram sendo fundadas, sendo que, no século XIX, já eram dez no total.

No ano de 1835, Canasvieiras elevou-se à condição de Distrito, tendo como padroeiro São Francisco de Paula, e desmembrando-se assim da Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa. Entretanto, somente em 1843, tornou-se Freguesia, uma das seis mais antigas da Ilha que, na época, também era conhecida por São João Batista. Posteriormente foi elevada à vila, sede de um novo município, pela Lei Provincial nº 838, de 2 de maio de 1877, mas não chegou a instalar-se. Sua sede foi elevada à categoria de vila pelo Decreto Lei Estadual de nº 86, de 31 de março de 1938.

O termo *Freguesia* empresta sentido a uma povoação antiga sob o aspecto eclesiástico e era, na época das fundações portuguesas coloniais no sul do Brasil, uma célula administrativa menor que pertencia à Coroa que a representava. Esta forma de governo era muito comum na Espanha e Portugal e, como o próprio nome já anuncia, consistia em uma proteção, um apadrinhamento da Coroa em relação à colônia.

Virgílio Várzea, escrevendo sobre sua viagem à Ilha, lembra que, durante o século XVII para o XVIII, a distribuição dos “colonos prestimosos” que teriam iniciado a indústria de panos possibilitou o surgimento da indústria de tecidos de algodão e linho que logo passou a exportar para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Tal atividade econômica fez surgir “as melhores povoações, hoje convertidas em cidades, vilas e freguesias”. (VARZEA: 1985, p. 103).

Apesar dessa forma de governo ter sido implantada na época da colonização portuguesa no Brasil, no litoral sul do País e especificamente na Ilha de Santa Catarina, as fundações coloniais que culminaram em uma Freguesia não ocorreram todas ao mesmo tempo. Foi um processo paulatino, da mesma forma que as terras ocupadas não se tornavam uma Freguesia logo de início, gozando assim das prerrogativas que o laço jurídico pressupõe.

Quanto ao registro do nome Cannavieira, Canavieiras ou Canasvieiras, ao que tudo indica, deve-se ao fato do lugar ter se destacado pela extensa plantação de cana-de-açúcar; daí o nome do lugar resultar do campo do canavieiro plantador, um certo senhor Vieira. Durante os primeiros anos de fundação, entre os fins do século XIX e começo do século XX, época da

chegada do maior número de imigrantes, a estrutura urbana local era tipicamente portuguesa e teve seu desenho submetido à forma natural do recorte geográfico. A igreja que constituía o núcleo central se localizava como ainda hoje é na parte mais alta e o arruamento obedecia ao relevo, partindo daí duas estradas: uma que seguia em direção ao sul - conhecida como Ladeira do Pinheiro e permitia trafegar entre Canasvieiras e Ponta Grossa, fortificação erguida em 1740, por providências do Brigadeiro José da Silva Paes, governador de Santa Catarina - e a outra que seguia em direção ao norte, conhecida como Rua Velha. Através dos relatos das pessoas que viveram na comunidade nessa época, sabe-se que as casas foram sendo construídas ao longo da Rua Velha e o acesso norte concentrava um número maior de habitantes, ao contrário do acesso sul, onde havia pouquíssimas casas e a própria rua não completava o trajeto. As pessoas que pretendiam chegar ao Forte São José da Ponta Grossa tinham que completar o percurso pela praia.



Figura 1:

Mapa de Canasvieiras: Fonte: www.guiafloripa.com.br.

A comparação das informações emergidas a partir dos documentos oficiais que fundaram a história de Canasvieiras, em contraste com a multiplicidade de narrativas surgidas a partir das lembranças dos antigos moradores, conjugadas aos relatos destacados para esta pesquisa, apontou um quadro plural e multifacetado, demonstrando que as relações econômicas e sociais continuam expressiva dinâmica própria.

Partindo do imaginário social considera-se, as colocações de Bronislaw Baczko:

[...] nenhuma relação social [...] é possível sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem. Assim, as sociabilidades traduzem-se em normas e fixam sistemas de representações onde a imaginação e as paixões, inerência dos desejos, formam símbolos e emblemas a partir dos quais os sujeitos constituem identidades coletivas, formando o imaginário social. (BACZKO: 1985, p 47)

Os moradores de Canasvieiras balizam suas referências em termos de localização que remetem aos marcos geográficos naturais como, por exemplo, “o pasto do Manoel Oliveira”, “a plantação de arroz que ficava nas imediações da casa da dona Dudu”, “o sobrado do Cantalício”. A referência “atrás do morro” presente no vocabulário português do início das povoações antigas também ocorria em Canasvieiras, como conta a senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu:

Onde é Jurerê hoje, a gente chamava de atrás do morro, e o pessoal de lá chamava aqui de atrás do morro também, porque tinha um morro que separava as duas localidades. Tinha a igreja no meio, depois lá ficou Jurerê e aqui Canasvieiras. A Rodovia Tertuliano de Brito Xavier é em Jurerê e a Rodovia Virgílio Várzea é em Canasvieiras.

Ainda que a referência da localização espacial lembrada pela senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu pertença ao imaginário social do início do século XX, o Projeto de Lei (Lei nº 2663/87, de 18/10/1987 – Câmara Municipal de Florianópolis) que regulamenta e nomeia as duas rodovias que interligam as duas comunidades é recente. Vale lembrar que as duas localidades pertencem, até o momento, ao Distrito de Canasvieiras e que, antes de receber o nome *rodovia*, apenas uma rua geral ligava as duas localidades e chamava-se *Estrada Geral de Canasvieiras*. Sendo assim, até meados de 1980, todos os moradores de Jurerê e Canasvieiras moravam na mesma rua: a Rua Geral. Ainda que fosse assim, a população mais jovem se referia a Jurerê e Canasvieiras, respectivamente. Isso não quer dizer que os meios de circulação interna se davam apenas pela Rua Geral.

Nessa época, cerca de duas décadas atrás, o território que compreende o Distrito de Canasvieiras já agregava muitas ruas, avenidas, servidões e vielas, especialmente aquelas que alcançam o mar. Apesar de atualmente não serem mais usadas terminologias antigas como *Freguesia*, *Canto do Lamin* e *Rua Velha*, ainda permanece uma divisão imaginária da localidade, ou seja, uns moram em Jurerê e outros em Canasvieiras. Contudo, os moradores

pertencem a um único distrito reconhecido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis como Canasvieiras.

Voltando à Rua Velha, no princípio do século XX, além dela não ligar o lugar à comunidade mais próxima, como recordou a senhora Maria Joana Alves, também não ligava Canasvieiras ao seu próprio interior. Consta que, no Canto do Lamin, localidade que em 1926 mereceu nota no jornal *O Estado*, foi inaugurada uma rua que ligava aquele local a Canasvieiras. A nota mencionava:

Teve lugar hontem, com discreta solenidade, a inauguração da estrada ligando a povoação de Lamin á estrada geral de Cannasvieras, velha aspiração da laboriosa gente que habita esse prospero recanto da nossa ilha. Esse melhoramento, devido á operosidade do Prefeito Heitor Blum, muito contribuirá para o maior desenvolvimento de Lamin que assim sahio do isolamento em que era tanto tempo vivia. (Jornal *O Estado*, 12/01/1929 Anno XIV N° 4.326).

Essa inauguração teve para a localidade elevada importância, além de merecer nota no jornal de maior circulação da época; também contou com a presença de várias autoridades que proferiram discursos, assim como contou com a presença da Zazz da Força Pública, hoje Banda da Policia Militar de Santa Catarina, que abrilhantou magnífico baile. Os convivas aproveitaram para panfletar em favor da candidatura do senhor Júlio Prestes e do senhor Vital Soares, na época, candidatos republicanos, além de evocarem “três hurrahs [...] exaltando o patriotismo dos eminentes republicanos e a obra catharinense do presidente Konder”. (Jornal *O Estado*, 12/01/1929 Anno XIV N° 4.326).

Em Canasvieiras, os imigrantes vindos do arquipélago dos Açores foram, em grande medida, os responsáveis pela construção da própria igreja, como conta o senhor Carlos Mateus da Silva: “muitos carregavam pedras para o terreno onde havia a capela, para ajudar a erguer uma igreja, era assim, todos tinham que ajudar”. E completa a senhora Maria Joana Alves: “nesse tempo, a gente juntava pedra no terreno dos outros e carregava porque tinha feito uma promessa de carregar para a igreja”. A mão-de-obra empregada na construção desse que foi o primeiro marco fundador arquitetônico da localidade era escrava, todavia muitos homens livres ajudavam na construção.

A figura central da igreja não é somente observável quanto à espacialidade urbana, mas também quanto à organização da vida social. Casamentos, batismos, festas religiosas, missas, enterros eram as atividades sociais frequentadas pela população da localidade. O terno

de reis, as brincadeiras no mês de São João, quando as moças se reuniam para tirar a sorte no amor e até mesmo a visita aos que já haviam partido, no cemitério vizinho à igreja, nos dias de finados, quando ocorria também um pequeno comércio de velas, flores e quitutes, são exemplos de um mundo social vinculado à igreja. Nessa época, em frente à igreja, também foi construído o teatro.

Segundo relatos, tratava-se de uma casa de pedra erguida em estilo colonial e destinada aos eventos festivos, religiosos e aos bailes. Os moradores entrevistados narraram que, naquela casa, não entravam negros para dançar, apenas a população branca. Quando a comunidade realizava suas festas mais proeminentes, os negros organizavam seus bailes longe da igreja, geralmente em casas particulares.

Os negros ocupavam um lugar na Freguesia conhecido como “barro vermelho”, um território impróprio para o cultivo e que, quando chovia, transformava-se numa lama intransponível. De acordo com alguns relatos, lá moravam algumas famílias como a do senhor Mulatinho.

Após essa breve descrição histórica da formação de Canasvieiras apresenta-se uma discussão sobre patrimônio e turismo.

O turismo pode ser uma alternativa adequada para preservação da memória dos lugares. Assim a comunidade local pode se apropriar dos benefícios que o turismo pode gerar.

O conhecimento histórico, a memória e os signos tornam-se importantes para interpretação do patrimônio, contribuindo com a preservação do local.

Hoje, mais do que outrora, considera-se que o resgate da memória histórico está vinculado à luta por uma melhor qualidade de vida e a preservação de bens culturais. Neste sentido, Paz lembra que:

A destruição da memória afeta não apenas o passado, como também o futuro. Para mim, a memória é a forma mais alta da imaginação humana, não é apenas a capacidade automática de recordar. Se a memória se dissolve, o homem se dissolve. (PAZ: 1993, p. 276)

Considera-se especificamente relevante a contribuição do trabalho de Bosi, Memória e Sociedade: lembranças de velhos, pois é significativo no que se refere aos estudos sobre a memória e, em especial, a memória dos idosos. É importante salientar a contribuição dos idosos, geralmente dada com prazer. Diz um dos entrevistados de Bossi: “Veja, hoje a minha voz está mais forte do que ontem, já não me canso a todo instante. Parece que estou

rejuvenescendo enquanto recordo”. (BOSI: 1994, p. 107)

As pessoas mais velhas, que seriam em princípio as depoentes buscadas pelos pesquisadores, freqüentemente não têm quem as escute ou pelo menos quem atribua importância à sua fala. Deste modo a atenção e o interesse do pesquisador são por eles valorizados e, em contrapartida, a investigação se enriquece.

Segundo Baczko quando analisa o processo de construção da memória, trabalha com suas dimensões e funções. Para ele, as dimensões da memória são: “Dos acontecimentos: memória ardente, avalanche de manifestações comemorações, festas e símbolos. Das estruturas: memória mais profunda, manifestação das tendências de longo período”. E as funções da memória são:

Unificadora: acompanhada por um discurso sobre a origem de um movimento; resgata elementos em comum acerca das diferenças ideológicas, estratégicas, etc. Manifesta-se nas relações entre diferentes gerações.
Compensadora: acompanhada de representações e de símbolos do passado.
(BACZKO: 1982, p. 155)

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, se conservado no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma de imagens-lembrança. Na busca da memória encontra-se a lembrança que as pessoas idosas têm. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida, elas já passaram por um contexto social, com características bem marcadas e conhecidas, elas já viveram quadros de referência familiar e culturais igualmente reconhecíveis; enfim, sua memória atual pode ser desempenhada sobre um passo de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta.

Considera-se a memória de pessoas ou grupos como patrimônio, pois a cidade não deixa jamais de ser humana. São os próprios ciclos da vida que a tornam dinâmica e atuante, a memória possibilita a relação do passado e do presente. É a história viva e vivida que se renova através dos tempos. Considera-se as reflexões de Le Goff quando comenta: “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma atividade fundamental dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. (LE GOFF: 1991, p. 20)

A continuidade e a contiguidade com o passado é que fornece amparo, permitindo traçar uma linha na qual nosso presente se encaixe, permite ainda que se saiba quem se é onde se vive. Isto é, que se desenvolva certas noções de identidade.

É pertinente lembrar que a memória é importante na construção da identidade e da cidadania cultural. A memória de um povo é que faz com que percebam na fisionomia do bairro sua própria história. A memória enraíza-se no espaço que nos circunda, na terra, nos objetos que usamos. Assim as pessoas lembram-se, narram sua trajetória e as mudanças ocorridas num determinado espaço.

Essa contribuição da memória é importante na construção de uma história regional, presente na fisionomia da cidade, na própria história de vida, da identidade e da cidadania cultural.

Neste sentido, vale mencionar Oriá:

[...] é a memória dos habitantes que faz com que eles descrevam suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que se esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois se perde o elo afetivo que propicia à relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história. Oriá. (Apud: BITTENCOURT: 1997, p. 129)

No contexto da referida temática, encontra-se a definição de Burke na qual refere-se à fotografia como um dos referenciais da memória: “quase todos fazem uso diário da fotografia, seja como ilustração, auxílios à memória ou como substitutos de objetos descritos através dela.” (BURKE: 1992, p. 242).

O trabalho com a história oral torna-se dinâmico e interessante, principalmente quando se trata da memória de pessoas, pois eles procuram narrar tudo que possa contribuir para construção e resgate da memória de um lugar.

Segundo Bosi:

(...) um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não reconhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até podem humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desapropriação de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-las é desalentada, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor. (BOSI: 1994, p. 107)

Nessa perspectiva a autora coloca a possibilidade de humanização do presente, por meio da troca de experiências. Desta maneira trata-se de um processo interativo entre entrevistado/entrevistador. Esse tipo de trabalho fundamenta-se como técnica na história oral na qual Paul Thompson se refere:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só de dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados e especialmente os idosos a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato - e, pois a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. (THOMPSON: 1992, p. 15)

A memória coletiva se transmite oralmente e também por meio de textos, documentos e rituais coletivos, e o que nos contam as pessoas através das suas experiências.

No cotidiano da vida urbana, o patrimônio material é socialmente convertido em patrimônio cultural. Uma cidade não é feita somente de pedras, é feita também de signos, de símbolos, as coisas simbolizam, dizem do presente e do passado, são ricos de significados para a população, seus grupos e classes sociais.

A eleição social dos símbolos urbanos é uma constante na vida das cidades. Assim são as edificações, os acidentes naturais e os marcos construídos pelos homens, as ruas, as praças, “símbolos funcionam como lugares da memória”, para utilizar a expressão de Nora. Afinal toda cidade é feita de recordações, como poeticamente exprimiu Calvino:

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata (...) mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO: 1990, p. 15)

Por meio da memória e da lembrança é possível resgatar a história de bairros e da cidade como um todo e construir uma história local.

O mundo constitui-se de imagens, imaginação e símbolos que constroem a vida social. O imaginário permite a construção de uma estreita conexão existente entre as grandes obras de cultura e aquela cultura vivida no dia a dia, constituindo o alicerce essencial de uma

sociedade e suas práticas sociais.

Relacionando Cultura e Turismo pode-se dizer que o fenômeno turístico constitui-se conforme afirma Moesch:

De espaço e de tempo, como práticas sociais, os quais se reconstruem a partir de determinações econômicas e tecnológicas, mas não sem a isenção de sujeitos ideológicos, comunicacionais, carentes de práticas imaginativas e diversionais, sujeitos em seu tempo e espaço pós-moderno. (MOESCH: 2000, p. 47).

O turismo constitui-se de uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, cultura, comunicação, diversão e ideologia tornam-se partes integrantes de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística.

O fenômeno turismo ocorre historicamente em espaço e tempo diferenciados cultural, econômica e tecnologicamente construídos pelos sujeitos.

Os resultados dessas construções subjetivas dos sujeitos personificam-se em patrimônios culturais tangíveis e intangíveis.

Na atualidade, a herança cultural parece constituir não somente de grandes manifestações artísticas e monumentais da história humana, são também aqueles elementos que constituem pontos de referência para uma comunidade. Esses elementos se relacionam dentro de uma nova concepção integrada da herança que abrange países históricos, manifestações artísticas, restos arqueológicos, traços característicos da origem e evolução da urbanização local.

Considera-se o Patrimônio Cultural como o resultado das relações sociais que se expressam em forma material e não material. A primeira através de monumentos, arquitetura urbana registros e imagens de fotografias. A segunda através de usos, costumes e valores que ainda permanecem vigentes através das gerações, confirmando sua identidade cultural.

O Patrimônio Cultural é a representação da memória coletiva e os bens que os integram, a materialização dessa memória, os elementos que constituem o Patrimônio Cultural são testemunhas da forma pela qual uma sociedade e sua cultura se relacionam com seu ambiente.

É fundamental resgatar a memória histórica através da imagem como testemunho da formação do processo de transformação, com o objetivo de fortalecer a identidade cultural

local e também para que esses testemunhos constituam um elemento de vital importância da expansão da atividade turística. Essa atividade contribui com o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade.

Considerações finais

O turismo pode contribuir para a preservação de valores culturais que apresentam também um valor específico para o turista e, em certo sentido, o instrumento que serve de veículo à reabilitação das culturas, contribuindo em grande medida para sua difusão.

Por outro lado, o turismo pode ajudar a estimular o interesse dos moradores pela própria cultura, por suas tradições, costumes e patrimônio histórico, uma vez que os elementos culturais de valor para os turistas são recuperados e conservados, para que possam ser incluídos na atividade turística.

Esse despertar cultural pode constituir uma experiência positiva para os moradores, dando-lhes certa conscientização sobre a continuidade histórica e cultural de sua comunidade, que, por sua vez, podem se tornar aspectos que potencializem o atrativo turístico do lugar.

As questões de memória estão associadas às de lugar, pois os lugares são dinâmicos, transformam-se com o passar dos tempos e a memória perpetua-se, acumula-se. As diferentes memórias estão presentes nas diversas camadas das sociedades. A memória pode contribuir com a preservação de um patrimônio.

No processo cultural em que estamos inseridos é importante o registro de fatos passados e atuais, pois ambos são integrantes do complexo sociocultural. Tudo que contém valor simbólico no contexto da sociedade devem ser tratados e registrados como bens patrimoniais.

Referências

BACZKO, B. A Polônia de Solidariedade: uma memória explosiva. In: Os imaginários sociais: memórias e esperanças coletivas. Buenos Aires: Nova Visão, 1982.

- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2001.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.
- CALVINO, I. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de História Oral. 1981.
- FUNARI, P. P. PINSKY, J. (orgs.) Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2002.
- GASTAL, S. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo urbano. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL. ; BENI. ; CASTROGIOVANNI. (org.) Turismo investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002.
- HOBBSBAWN, E. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LEMOS, A C. O que é Patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MENESES, U. J. B. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In. São Paulo: Secretária Municipal de Cultura, CDPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- NORA, P. Entre memória e história. Projetos de História. São Paulo: Dez./1993, nº 10, p. 6-39.
- ORÍÁ, R. Memória e ensino de história. In. BITTENCURT, C. (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.
- THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- VÁRZEA, V. Santa Catarina – A Ilha. Florianópolis: IOESC, 1994.